



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JERUSA GONÇALVES JOSÉ

PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA POLÍTICA

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

JERUSA GONÇALVES JOSÉ

PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA POLÍTICA

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

J71p

José, Jerusa Gonçalves.

Participação da mulher angolana na política / Jerusa Gonçalves José. - 2023.
47 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) -
Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clárisse Goulart Paradis.

1. Mulheres - Angola - Atividades políticas. 2. Mulheres na política - Angola.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.9673

JERUSA GONÇALVES JOSÉ

PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA POLÍTICA

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data de aprovação: 27/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis (Orientadora)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Caterina Alessandra Rea

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Joyce Amancio de Aquino Alves

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho à matriarca da minha família que em vida chamava-se Domingas João Maweze, que sempre frisou a importância dos estudos; aos meus pais, Orlando Chachado António e Teresa José Joaquim, por todo apoio durante o percurso académico; ao meu noivo Laurindo Jacinto António, por ser meu suporte, psicólogo particular nessa fase tão difícil; aos meus pais de coração, Emanuela Luhumo e Raimundo Macedo, que sempre demonstraram amor e carinho, dando apoio emocional, espiritual e financeiro.

Dedico também a todas as mulheres guerreiras que acordam cedo em busca de sustento para os seus filhos, principalmente às vendedoras ambulantes. À estas, todo meu respeito e atenção.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Pai, meu amor, meu melhor amigo, meu conselheiro, meu protetor e provedor - Deus Todo Poderoso - por estar comigo em todos os momentos, em todas às horas, estando eu triste ou alegre, todo carinho e amor incondicional.

Agradeço aos meus pais Orlando Chachado António e Teresa José Joaquim, por todo amor, carinho, dedicação e oração, para que eu estivesse sempre bem, por cada conselho, pela excelente educação que me deram, que fez de mim a pessoa que sou hoje, por serem os maiores incentivadores para eu correr atrás dos meus sonhos, e por todo apoio incondicional que veem dando a mim desde o momento que descobriram que eu estava no ventre da mamã, aos meus irmãos, Anilda, Stela Vânio, Carlos, Vanusa, Hortência, Zacarias, Nilsa, Janílson, Gabriela, Orlando, Vanda, Tatilson, aos meus avós, tios, primos, sobrinhos e cunhados.

Agradecer também ao meu noivo Laurindo Jacinto António, o homem mais sábio, lindo, amoroso, paciente e atencioso que conheço, que apesar da distância esteve muito presente, dando apoio incondicional.

Agradeço também a minha orientadora Professora Doutora Clarisse; a todos os que foram meus professores e professoras do BHU, agora BIH; aos meus professores de Relações Internacionais, à todos os professores de outros departamentos, que eu tive o privilégio de conhecer e cursar disciplinas por eles ministrados; à todos os meus colegas pelas trocas de experiências e muito aprendizado. Da UNILAB, que me recebeu com muito carinho, levarei dela não somente meros ensinamentos e sentimentos, mas ensinamentos sobre a vida em geral, a diversidade e integração que a caracteriza.

Obrigado!

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por se omitir!”

(Augusto Cure)

RESUMO

O presente trabalho aborda a representação da mulher angolana na política. Neste sentido, tem como objetivo principal analisar as possíveis causas da pouca participação deste grupo social na política nacional. Objetivo geral é analisar as possíveis causas da pouca participação das mulheres no âmbito da política. Dentre os objetivos específicos estão o de contribuir com as reflexões sobre as oportunidades políticas da mulher Angolana face aos homens, investigando as formas como são organizadas a luta para conquista de lugar por parte das mulheres e sua participação no espaço político em tempos atuais, partindo do pressuposto de que ainda os espaços ocupados são insuficientes para alcançar o nível elevado de empoderamento das mulheres em nosso país. A problemática acima e exposta, reivindica ações e estratégias acadêmicas e políticas possíveis de encontrar alternativas que contribua para minimizar o fosso social decorrente da violência em termos de oportunidades políticas e econômicas no país. Independentemente da gravidade da situação caótica que o mundo todo vem enfrentado, a falta de compreensão sobre a desigualdade e as relações de poder que são construídas com relação ao gênero feminino e masculino parece levar a negociação de direitos de participar de forma ativa em diferentes níveis da vida pública em Angola.

Palavras-chave: Mulheres - Angola - Atividades políticas; mulheres na política - Angola.

ABSTRACT

The present work addresses the representation of Angolan women in politics. In this sense, its main objective is to analyze the possible causes of the low participation of this social group in national politics. The general objective is to analyze the possible causes of the low participation of women in politics. Among the specific objectives are to contribute to reflections on the political opportunities of Angolan women vis-à-vis men, investigating the ways in which women's struggle to gain a place and their participation in the political space in current times are organized, starting from the assumption that the spaces occupied are still insufficient to reach the high level of women's empowerment in our country. The aforementioned problem calls for possible academic and political actions and strategies to find alternatives that contribute to minimizing the social gap resulting from violence in terms of political and economic opportunities in the country. Regardless of the gravity of the chaotic situation that the whole world has been facing, the lack of understanding about inequality and the power relations that are constructed in relation to the female and male gender seems to lead to the negotiation of rights to participate actively at different levels of society. public life in Angola.

Keywords: Women - Angola - Political activities; women in politics - Angola.

LISTA DE SIGLAS, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

- AMA:** Associação da Mulher Angolana
- DNIEG:** Direção Nacional para Igualdade e Equidade de Género
- FNLA:** Frente Nacional de Libertação de Angola
- FDIM:** Federação Democrática Internacional das mulheres
- FMEA:** Federação de Mulheres Empresárias de Angola
- ICF:** Instituto da Condição Feminina
- INE:** Instituto Nacional Estatístico
- LIMA:** Liga da Mulher Angolana
- MPLA:** Movimento Popular de Libertação de Angola
- MINFAMU:** Ministério da Família e Promoção da Mulher Angolana
- OMA:** Organização da Mulher Angolana
- ODS:** Objetivos de Desenvolvimentos Sustentável
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- OMCV:** Organização de Mulheres de Cabo-Verde
- PAIGC:** Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- PNUD:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PND:** Plano Nacional de Desenvolvimento
- SIDA:** Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
- UNITA:** União Nacional para a Independência Total de Angola
- VBG:** Violência Baseada no Género
- VIH:** Vírus da Imunodeficiência Humana

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | MULHERES, DESIGUALDADES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E POLÍTICAS | 16 |
| 2.1 | CONDIÇÕES SOCIAIS, GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DE ANGOLA | 16 |
| 2.2 | CONCEITO DE GÊNERO | 17 |
| 2.3 | DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ESPAÇO PÚBLICO | 19 |
| 2.4 | MULHERES E A SUBREPRESENTAÇÃO POLÍTICA | 21 |
| 3 | ESTADO ANGOLANO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA | 24 |
| 3.1 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA | 24 |
| 3.2 | PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA | 25 |
| 3.3 | AS MULHERES NA LUTA NA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA | 29 |
| 3.4 | ESTADO ANGOLANO ACTUAL, LEIS E CONSTITUIÇÕES | 33 |
| 4 | PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA MULHERES NA POLÍTICA EM ANGOLA | 36 |
| 4.1 | ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA | 37 |
| 4.2 | MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER | 39 |
| 4.3 | MULHERES ANGOLANAS NO PODER LEGISLATIVO | 42 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| | REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

Angola, ou como é oficialmente tratada República de Angola, é um país situado no Sul da África, que faz fronteira com a República do Congo, República Democrática do Congo e Zâmbia, foram colonizadas por Portugal. O contato com os imperialistas Europeus se deu a partir do século XV, em 1483, propriamente. A partir deste período, deu-se início a colonização. E Portugal domina o território e seu povo através de um sistema fundamentado, propriamente, no comércio de escravizados inicialmente, para posteriormente dar avanço a um novo sistema de dominação, centrado no âmbito da abolição da escravidão, que vai priorizar a pilhagem dos recursos da província ultramarina. (CAREGNATO,2010).

Apesar da intensa mobilização para a independência do território, em meados do século XX, a resistência e o nacionalismo mostraram-se “contínuos desde as primeiras tentativas de dominação estrangeira e duraram até que a independência fosse de fato readquirida” (STEFFEN et al, 2013, p. 80-81), em 1975 mulheres como Nzinga Mbandi e Nina Rodrigues representam símbolos significativos dos atos de resistência.

Porém, ainda assim é constante as tentativas de apagamento do papel das mulheres nestes eventos. Sendo uma sociedade patriarcal, herança do sistema colonial, é visível, atualmente a pouca representatividade ou, em outras palavras, democracia representativa nos órgãos públicos no país, abrindo um movimento político que questiona estas nuances.

A questão que envolve a participação da mulher na esfera pública nas sociedades modernas e democráticas não é um assunto novo, começou a ser discutido com bastante predominância no início do século XX, estando presente, hoje, na agenda política de instituições especializadas da ONU (Organização das Nações Unidas). O que se pode observar é que nos últimos anos, esses mesmos debates têm ganhado corpo em diversas sociedades. No Brasil, por exemplo, este movimento se aprofunda nos finais da década de 1970, com as mulheres reivindicando não mais apenas seu papel na vida familiar (no espaço privado), mas principalmente voltado para um bem comum, defendendo educação equivalente à dos homens inclusive, com publicação em um dos jornais da época, “O Domingo” (COELHO, 2009). Em Angola, tal dinâmica tem emergência em meados da década de 2000. Porém, o debate já é uma realidade presente em contextos africanos desde a década de 1960, ainda no

auge das lutas de libertação, reivindicando lugares na política, na economia, na cultura, entre outros espaços de poder, demonstrando coragem e do que elas são capazes, combatendo todas as formas do patriarcalismo.

Essa busca pela igualdade de oportunidade, da liberdade e da participação social, aperfeiçoa-se com a emancipação do indivíduo ou de uma coletividade no âmbito de um processo social que se fortalece por meio conhecimentos ou reconhecimento de certa injustiça, historicamente marcada pela experiência e percepção de que sua vida está sob controle do outro. (RODRIGUES, 2004)

Rodrigues (2004) aponta que, desde anos 1940, a busca pela emancipação da mulher vem ganhando espaço político e social em Angola, mas que, infelizmente ainda não podemos afirmar que já alcançamos o nível de participação das mulheres desejável em nosso país. Todavia, a realidade do país marcado pela história de conflitos mostra que, a mulher Angolana sempre esteve presente não apenas como mãe, mas, tem contribuído para a paz e desenvolvimento do país com suas habilidades, o que leva acreditar que, a mulher nunca teve o papel apenas de coadjuvante na construção do Estado e na formação da sociedade Angolana, assumindo o protagonismo das ações nos espaços e no tempo e em toda a história do país.

Desde abertura política, ou seja, nos meados de 1990, os partidos políticos e departamentos do Estado têm sido pensados e constituídos como instituições inegavelmente masculinas, havendo todas as formas de resistência à incorporação das mulheres não como meras auxiliares, mas com responsabilidades de lideranças e executoras de projetos e ações na política, na economia, entre outras. Em outras palavras, são poucos os espaços abertos para mulheres ocuparem e tampouco incorporam as plataformas sobre os direitos das mulheres. Portanto, esta real constatação dos fatos constitui o problema principal desde projeto, buscando compreender os elementos culturais e políticos que colaboram no acesso desigual ou equitativo de mulheres às instituições nos espaços sociais em Angola. Desse modo surgem as seguintes questões: Quais são de concreto os motivos da pouca participação das mulheres nos espaços públicos? Será que com as novas conquistas, já podemos dizer que existe igualdade entre os homens e as mulheres no poder político?

A problemática acima e exposta, reivindica ações e estratégias acadêmicas e políticas possíveis de encontrar alternativas que contribua para minimizar o fosso

social decorrente da violência em termos de oportunidades políticas e econômicas no país. Importa salientar que as mulheres têm tido a maior participação política no âmbito da sociedade civil nos mais diversos movimentos sociais – inclusive os movimentos criados pelas mulheres voltados para defesa dos direitos da família, combate ao racismo, de defesa dos direitos sexuais, de direitos humanos, ecológico, associações comunitárias e sindicais. Conforme constata Zangue (2012), no âmbito da representação mais ampla, isto é, nos espaços de poder como no legislativo, executivo e judiciário, ainda enfrentam grandes adversidades e a sua participação é muito reduzida.

Dessa forma, pensamos em seguintes hipóteses de que: há pouca participação da mulher na sociedade, fruto de uma timidez dos movimentos sociais que se preocupam com este fenômeno e, principalmente, do olhar social sobre a não capacidade dela em efetuar trabalhos que são tidos, socialmente, como de homens.

Desse modo, para que se resolva este problema precisamos primeiramente politizar e criar as bases desta discussão no âmbito acadêmico, envolvendo a juventude angolana no intuito de alertar sobre a desigualdade do gênero no país. Miguel (2017) enfatiza que mesmo anulando as barreiras legais não houve representação ao acesso as condições igualitárias de ingresso a arena política. Pelo contrário, ainda há muitos problemas de natureza quanto a participação feminina.

Para melhor realização dos objetivos propostos utilizamos nessa monografia o metodologia bibliografia, a escolha desse método da pesquisa para essa investigação deve-se a compreensão de ser mais adequada uma vez que pode facilitar para resolver os problemas levantados com relação a participação das mulheres angolanas na política.

Segundo Gil (2002) nesse tipo de pesquisa são feitas diversas atividades e essas mesmas atividades elas têm com o objetivo afim de encontrarmos novos conhecimentos no campo científico, literário, artístico, entre outras e é racional, e sistemático com a finalidade de nós conceder soluções dos problemas levantados. Nesse trabalho esse tipo de pesquisa ela procura se dedica ao que é teórico e conceitual de categorias analíticas do problema levantado nessa monografia, que trata de gênero, discriminação, desigualdade, sub-representação. Dessa feita a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, ou seja, método nos ajudará a coletar informações sobre a participação de mulher na política, sobre a desigualdades de gênero.

A pesquisa foi realizada na busca de respostas articuladas nos livros, artigos, teses, dissertações e se investigou a partir de análises de relatórios das Organizações Internacionais sobre o gênero e Direitos da Mulher disponíveis na internet; assim como outras fontes como: documentos, monografias, jornais, revistas e textos disponibilizados em sites confiáveis, entre outros locais nas quais apresentam um assunto documentado relacionado a participação das mulheres angolana na política, seu posicionamento diante dos dilemas que elas enfrentam.

A escolha do tema de pesquisa deu-se pela a proximidade com a situação, uma questão muito peculiar, que tem evidências muito claras no contexto desta investigação. Por outro lado, por se perceber que na sociedade Angolana existe uma desigualdade de oportunidades de acesso aos empregos públicos, supostamente decorrente da discriminação do gênero feminino, considerando que sou uma cidadã angolana, e me preocupo com o bem-estar da sociedade do país, incluindo assuntos políticos, econômicos, assim como outros direitos que as mulheres reivindicam.

Ademais, notamos que, apesar de uma participação significativa de mulheres nas organizações de base, isto é, nos movimentos sociais, associações, Organizações Não-governamentais, ainda existe uma certa limitação das mulheres na participação na política do Estado. Essas limitações também se estendem na ocupação de lugares formais, ou de exercer papéis em cargos de competência na vida pública e, ainda que elas disponibilizem incondicionalmente na construção do Estado e na formação social do país, ainda assim se vêem afastadas do centro. Em vista disto, justifica-se a realização desde projeto de pesquisa para aprofundar a compreensão sobre este fenômeno de desigualdade do gênero e suas interfaces com a presença fraca participação de mulheres na vida pública, ocupando cargos e funções políticas na gestão do Estado. A presente proposta de investigação torna relevante, uma vez que pretende encontrar possíveis respostas para uma realidade dolorosa, isto é, ter que vê está essa debilidade e não saber o que fazer para resolver ou minimizar o problema.

2 MULHERES, DESIGUALDADES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E POLÍTICAS

2.1 CONDIÇÕES SOCIAIS, GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DE ANGOLA

“O país ocupa uma área equivalente a 1.246.700km, sua capital é Luanda, tem o português como língua oficial. Angola tem muitos recursos naturais, tal como as grandes reservas de minerais e de petróleo, e mineiro de ferro, jazidas de cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. Seus principais rios são Cuanza, Cubango, Ciando e Cuango. Quanto à sua economia, ela vem mostrando taxas de crescimento, que o deixa entre as maiores do mundo, principalmente após o fim da guerra fria. Apesar desse dito desenvolvimento econômico podemos sim verificar um grande problema estrutural na economia Angolana, visto que os padrões de vida dos cidadãos continuam baixos. Quanto ao seu clima tem duas estações quente, e úmida, fria e quente, suas religiões é repartida da seguinte maneira -93,4% (cristianismo), -1% (ateísmo), 5,6% outras, sua população é composta por 30.810.000 habitantes, sua moda é o Kwanza, suas relações exteriores são: Organização da Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. (SADC) (CAMPOS, MATEUS)

O português é a língua oficial de Angola. Mas além do português o país fala diversas línguas nacionais, dentre elas seis são oficialmente reconhecidas como o caso do: kimbundu, kikongo, tchokwe, oxikwanhama, e mbunda, e outras que estão para ser oficializadas. A questão da língua é um fator muito importante para cultura de qualquer país. Por isso essa diversidade de língua faz com que o povo angolano saiba mais sobre sua própria identidade e cultura, coisa que se perdeu a após ser colonizada pelos portugueses. (CULTURA AO MINUTO, 2014)

Ademais, de acordo Soval (2000), o território Angolano que tem aproximadamente 30 milhões de habitantes, apesar de ser a língua portuguesa como língua oficial, ainda existe uma grande divisão étnica, cultural e linguística. A sociedade Angolana é muito difícil de se compreender visto que a mesma é multicultural e heterogênea. Por isso que conseguimos observar ainda nos dias atuais organizações sociais tradicionais a ocuparem um espaço bastante relevante na estrutura social e que até então os homens continuam sendo os dominadores. Em outras palavras, a mulher tem sofrido discriminação relacionada ao gênero. A solidão

na vida doméstica tem arrancado delas a possibilidade de organizar a rede de contatos necessária para se lançar na carreira política.

De acordo com Solival (2000), é notório o quão a questão de gênero na sociedade angolana estrutura as relações sociais, determinando a participação e liberdade da mulher de estar e de atuar na esfera pública. Mas, que, nos dias atuais as mulheres, de forma coletiva, têm sido guiadas pelas teorias feministas e pós-coloniais, e mostram também, que essa exclusão se dá por favores histórico e cultural, o qual o homem infelizmente ainda tem esse poder. Infelizmente essa realidade ainda tem sido vista na sociedade Angolana pós-colonial, a desigualdade de oportunidades que resulta na escassez da presença da mulher na esfera pública.

2.2 CONCEITO DE GÊNERO

Nos dias atuais tem sido falado bastante sobre gênero, mas muitas pessoas quando escutam o termo gênero, acreditam que se trata do sexo masculino e sexo feminino. Para Giddens (2008), o termo gênero é algo que não existe por si só, mas a algo que se cria no dia a dia. Para Giddens o conceito gênero está ligado à uma construção social que tem se dado em cada tempo histórico e em cada sociedade. Nesse contexto, o autor enfatiza que os sociólogos têm utilizado o termo sexo para tratarem das diferenças anatômicas e fisiológicas que explicam o corpo masculino e o corpo feminino. Por outro lado, a questão de gênero remete às desigualdades psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. O termo gênero está relacionado às noções socialmente criadas de masculinidade e feminidade, que muitas vezes não correspondem ao sexo biológico de um indivíduo. Por sua vez, Farah (2004) explica que a ideia de gênero vai além das relações sociais entre os sexos, faz-nos entender sobre a desigualdade existente entre homens e mulheres, que cercam como um de seus integrantes centrais das desigualdades de poder.

A respeito do termo, Scott afirma:

A alta política, ela mesma é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realizações de ser a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças a exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/ mulher e fundamenta ao mesmo

tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT,1995, p.8).

Ainda segundo Giddens (2008), as pesquisadoras feministas usam a questão gênero como uma forma de explicar a subordinação e opressão que as mulheres no mundo todo têm enfrentado. As lutas sociais femininas, nos anos 60 e 70, buscaram averiguar essas desigualdades entre os homens e as mulheres.

De acordo com Scott (1995), gênero é um tema voltado para as mulheres e as crianças, as famílias e as ideologias que envolvem relações entre sexos. Basta observarmos a questão da guerra, a diplomacia, e a alta política claramente têm a ver com essas relações. Ao que se vê, gênero parece não se aplicar a esses objetivos por esse motivo permanece ainda hoje, não tendo muita importância para os estudos dos (as) historiadores (as) que trabalham sobre a política e o poder.

De acordo com a antropóloga Oyerónke Oyēwùmí:

A questão de gênero no ocidente tem sido construída e apontada como particulares à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino e feminino, homem e mulher, em que o macho é presumido como superior, e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. ” (OYĒWÙMÍ, 2004. p.8).

Com base nas afirmações de Oyerónke Oyēwùmí, quando analisarmos gênero no contexto africanos, desde lentes ocidentais, faz pouco sentido. Para autora tratar gênero no contexto africanos, resultará em distorções, mistificações linguística, e pode gerar incompreensão, uma vez que as famílias e instituições sociais são totalmente diferente. Ou seja, as duas categorias básicas de mulher e gênero precisam ser bem analisadas, temos como exemplo prático o caso Yoruba, visto que as famílias Ocidentais e africanas são construídas de modo diferente.

A autora afirma que a categoria da mulher não é universal, sendo assim, analisar a partir da categoria “gênero” não seria suficiente para entendermos todas as formas de opressão e as desigualdades vistas nas sociedades. Segundo a autora, os papéis sociais na família não são distribuídos pelo gênero, mas sim pelo parentesco, entre pessoas que foram agregadas a família e pessoas descendentes. Por esse motivo, a família Yoruba não pode e nem tão pouco deve ser explicado pelo conceito

gênero, e sendo assim, o conceito gênero não deveria ser visto como universal, uma vez que representa especialmente a realidade das euro-americanas. (OYĒWÙMÍ, 2004. p.4).

Nessa perspectiva, Santana (2017) afirma que “a simbolização cultural, além de mandar os sexos, mácula o social, o político e o religioso. Desse modo, percebe-se que estes significados são projetados nos indivíduos, ou seja, são valores socialmente impostos. ” (SANTANA, 2017 p.2). Porém, essas diferenças foram construídas há anos pela sociedade, por intermediário dos valores instruídos por meios culturais, mas podem ser transformadas conforme os novos tempos.

2.3 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ESPAÇO PÚBLICO

Antes de falarmos sobre desigualdades de gênero, precisamos entender o que seria igualdade de gênero, nós sabemos que todo ser humano em qualquer parte do mundo dentro de uma só idade tem deveres a cumprir, e, uma vez que temos direitos a cumprir, também temos direitos que devem ser respeitados como cidadão que somos. No artigo 21 da Constituição podemos encontrar algumas atividades fundamentais do Estado Angolano e alguns dessas tarefas citaremos mais abaixo:

Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais; criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos econômicos, sociais e culturais dos cidadãos. Promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. Assegurar a paz e a segurança nacional. Promover a igualdade entre o homem e a mulher. Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais. (CONSTITUIÇÃO, 2010. p.10 art. 21º)

Ademais podemos dizer que apesar da Constituição ter sido aprovada pela Assembleia Nacional (2010) e ser atualizada em 27 de janeiro de 2010, podemos dizer que de lá para cá, elas sofreram restrições, os seus direitos não são respeitados, para essa razão as mulheres têm dado tipo de socorro. Por esse motivo tiveram que criar ainda mais, leis e decreto bem específico, tal como a UNFPA ressalta, mas abaixo sobre a igualdade de gênero e sua importância alegando que:

A igualdade de gênero é, antes de tudo, um direito humano segurança. A capacitação das mulheres e meninas também é uma ferramenta indisponível para o avanço do desenvolvimento e redução da pobreza. As mulheres que

são saudáveis, educadas e responsáveis pelas suas vidas, contribuem para a saúde, bem-estar e prosperidade de famílias inteiras, comunidades e suas nações. (UNFPA, 2022).

Ainda proferindo sobre igualdade o artigo 23 da Constituição de Angola (2010) vai realçar que: todos nós somos iguais diante da Constituição e da lei. Por isso ninguém pode ser sair lesado, favorecido ou ser livre de cumprir qualquer dever, devido a sua origem, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, pela causa do lugar em que nasceu, outros fatores como: sua religião, convicções políticas, ideológicas, ou fisiológicas, pelo grau de instrução, por dia condição econômica, social ou profissão

Sanchez (2018) aponta que, no que concerne às políticas de igualdade de gênero em Angola, “em Angola existe um quadro legal e político positivo para a promoção da igualdade de gênero e a não-discriminação contra mulher e a rapariga, elevando assim o seu degrau de liberdade civis.” (SANCHEZ, 2018). Ademais, o UNFPA vai enfatizar que o governo Angolano decretou leis que defendem a igualdade e equidade de gênero, com a finalidade de responder de forma sustentável e multisectorial a violência que tem sido apoiada no gênero.

Penso que a desigualdade e discriminação tem sido notada desde os tempos passados, que, muitas das vezes, tem sido encarada como algo cultural e que tem passado até hoje, colocando a mulher em um espaço invisível e impossibilitada de realizar certas tarefas e ocupar cargos de grande relevância na sociedade. Infelizmente existem índices bem visíveis de machismo em Angola. Como exemplo: o assédio sexual que tem sido comum nos locais de trabalho, que muitas das vezes vêm por parte do próprio chefe da empresa e as trabalhadoras não conseguem expor por medo de perder seus cargos, e por outro lado muitas mesmas não expõem pelo fato de não se submeterem os caprichos do chefe. Mas na sociedade Angolana essas questões são normalizadas, e encaradas como questões culturais. Conforme enfatiza Silva (2011), na sociedade tradicional bantu, a mulher tem sido vista como alguém auxiliadora do homem, estão encarregados de atividades que o obrigam a ter força suficiente, capacidade, resistência suficiente e longos períodos fora de casa, enquanto:

A mulher é apenas colocada em um lugar bastante limitado de tarefas, com o protesto de que ela precisa se afastar por causa da gestação na qual está imposta, do cuidado de filhos (as), dessa feita tem alimentado tabus que limitam as mesmas à sua participação de certos trabalhos, “para não os manchar com a sua impureza”. Aliás, por ela ter que cuidar do lar, do marido,

e dos filhos, ela fica sem tempo para se dedicar dos assuntos dito “próprios dos homens” (SILVA, 2011, p. 3).

Apesar de termos visto as mulheres lutando dia a dia para conquistarem seus direitos, com objetivo de aumentarem sua participação nos espaços públicos e privados. Em concordância com Solival “o espaço da mulher ainda se circunscreve muito à esfera doméstica, pois grande parte das estruturas sociais e familiares são patriarcais e as mulheres encontram-se subalternizadas” (SOLIVAL, 2000, p.91). Por isso há uma grande necessidade de as mulheres lutarem por igualdade de gênero

Santana (2019) afirma que “pensar a mulher no local público ainda nos leva a separação de atividade repartida entre a mulher e o homem, por isso é notável as diferentes desigualdades tratando-se de poder, prestígios e riqueza. ” (SANTANA,2017, p.55) Ademais, Santana (2019) ressalta que: debater constantemente sobre a importância do papel da mulher nos espaços públicos, trará grandes benefícios para as mulheres, isso será visto sempre como início de uma grande revolução, uma vez que vai destruir o que foi construído historicamente na questão da divisão do trabalho que há entre os homens e a mulheres, sendo um dos motivos por não haver igualdade de gênero em termos de poder, notoriedade e benéficos. Por isso Valente (2021) aponta que; apesar das mulheres em toda parte do mundo, terem mostrado a cada dia sua capacidade, ainda assim, a discriminação alicerçada no gênero colabora bastante para as desigualdades sociais.

2.4 MULHERES E A SUBREPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Rodrigues (2004) aponta que, desde anos 1940, a busca pela emancipação da mulher vem ganhando espaço político e social em Angola, mas que, infelizmente ainda não podemos afirmar que já alcançamos o nível de participação das mulheres desejável em nosso país. Todavia, a realidade do país marcado pela história de conflitos mostra que a mulher angolana sempre esteve presente não apenas como mãe, mas, tem contribuído para a paz e desenvolvimento do país com suas habilidades, o que leva acreditar que, a mulher nunca teve o papel de coadjuvante ou uma auxiliadora na construção do Estado e na formação da sociedade angolana, assumindo o protagonismo das ações nos espaços e no tempo e em toda a história do país.

Desde abertura política, ou seja, nos meados de 1990, os partidos políticos e departamentos do Estado têm sido pensados e constituídos como instituições inegavelmente masculinas, havendo todas as formas de resistência à incorporação das mulheres não como meras auxiliares, mas com responsabilidades de lideranças e executoras de projetos e ações na política, na economia, entre outras, em outras palavras, são poucos os espaços abertos para mulheres ocuparem e tampouco incorporam as plataformas sobre os direitos das mulheres. (RODRIGUES, 2004).

Miguel (2014) enfatiza que, mesmo anulando as barreiras legais de acesso ao voto, não houve condições igualitárias de ingresso a arena política. Pelo contrário, ainda há muitos problemas de natureza quanto a participação feminina. Segundo Scott (1995) A política constitui apenas um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para a análise histórica. (SCOTT, P.7, 1995)

Sendo que, a solidão na vida doméstica tem arrancado delas a possibilidade de organizar a rede de contatos necessária para se lançar na carreira política. Essa situação da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício de poder nas décadas finais do século XX tem sido uma prioridade na agenda feminista. Esse problema da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício do poder nas décadas do século XX tem sido uma prioridade na agenda feminista “O feminismo começou a “repensar a reticência em ‘fazer política’ ou agir sobre o ‘terreno’ institucional’ que foi uma opção dominante da política feminina até aos anos 1970 ” (MIGUEL, 2014, p .94).

Miguel (2014) acrescenta que muitos os países tiveram que mudar sua perspectiva e adotar ações afirmativas, pensando primeiramente em cotas eleitorais por sexo, havendo uma grande necessidade de vencer o problema da pouca representação de mulheres no poder legislativo. Logo, parte das vagas de candidatos, ou os assentos no parlamento passa a ser reservada para as mulheres. No final dos anos 1970, as regras que têm definido uma porcentagem mínima de mulheres, em diversas áreas, começando em direções partidárias, sindicais, e na administração pública, logo após nas eleições, passaram a funcionar em países da Europa. Por conseguinte, foi aprovada em outras partes do mundo, principalmente na América Latina e na África.

Conforme aponta Miguel (2014), a conquista do voto sempre foi objetivo das reivindicações feministas no início do século XX. Depois de tanta luta, as mulheres conseguiram mostrar que estão capacitadas para trabalhar na sociedade tal como os

homens. Ao ter acesso à franquia eleitoral, tiveram o reconhecimento diante da sociedade, e pelo Estado de que as mulheres eram capacitadas tais como os homens para governar a vida coletiva, mesmo que representavam visões de mundo e interesses próprios, irreduzíveis aos de seus familiares. Uma das justificativas principais para que as mesmas fossem deixadas de lado durante anos na política, era que seus interesses já seriam protegidos pelo voto dos maridos, e dos pais (MIGUEL, 2014). O autor afirma que até aos dias de hoje existe ainda uma baixa presença de mulheres nas esferas de poder político.

Na mesma linha de pensamento Sanchez (2017) afirma que todo esse esforço que as mulheres têm feito, ainda não é suficiente comparado com o trabalho que está na frente, e isso é algo notável basta observarmos a pouca participação feminina na política. Por esse motivo, falar sobre a representação política das mulheres tornou-se um assunto de destaque tanto no âmbito da teoria política feminista, tal como no campo da ciência política como um todo. Quanto à sub-representação, Sanchez (2017) reconhece que toda essa insistência ou perseverança da atuação feminista nos parlamentos tem sido o motivo para o fortalecimento dos regimes democráticos em vários países. Sobre questão da teoria política feminista, Sanchez afirma que precisamos lembrar que a política feminista tem suas diferenças e características únicas, diferenças em relação a outras áreas do conhecimento, por isso que quando se trata dos padrões de exclusão baseados em gêneros, passam a ser movimentos feministas.

No próximo capítulo trataremos acerca das considerações sobre a colonização portuguesa em Angola, saber como foi o impacto do colonialismo europeu em Angola. Em seguida iremos falar sobre a participação de homens e mulheres na luta pela independência do país. Explicar como ocorreu a sua participação. Por fim, vamos explicar um pouco sobre o Estado angolano, como funciona as leis, suas constituições, e relatar um pouco do processo da independência em Angola, como ocorreu e quem são os movimentos que estiveram na linha da frente.

3 ESTADO ANGOLANO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA

Angola foi colonizada pelos portugueses, os seus colonizadores sempre tiveram contato com os colonizados desde o século XV. Silva (2018) enfatiza que Portugal, desde o processo de colonização até aos dias atuais, tem usado seus colonizadores para benefícios próprios, como foi o caso de Angola, que fornecia mão-de-obra barata para as companhias de mineração inglesas. Outro ponto observado é essa questão do racismo institucionalizado, que foi coisa uma das marcas que o colono deixou para os colonizados (LINHARES, Apud SILVA, 2018).

Ademais, Caregnato (2010) enfatiza que, com a chegada dos portugueses em Angola, no final do século XV, o país enfrentou diversas mudanças importantes no campo político, econômico e cultural. Tudo começou em 1482-3, assim que o reino português ordenou ao Português Diogo Cão, que atacou na foz do rio Zaire. Para Caregnato (2010) as pessoas que moravam naquele território passaram a ser vistos como bantu, caracterizados apenas pela sua língua, esse povo tem sido mencionado a apresentação de práticas agrícolas e de metalurgia na África central. SOUZA, 2003, CAREGNATO (2010).

Portugal estava passando por uma situação crítica, a crise do feudalismo e o surgimento das monarquias nacionais europeias, encontrou uma saída para sair daquela situação crítica, que era o surgimento de um novo sistema econômico mercantilismo, esse novo sistema compreendia as práticas econômicas dos estados absolutistas europeus entre os séculos XV à XVII e o seu foco principal era a intervenção do Estado na economia, por via das grandes navegações, e em sequência desenvolvendo o colonialismo nos locais denominados. (COSER apud CAREGNATO, 2010)

É visível que os portugueses tiveram apoiadores para conseguirem suas explorações no continente africano. José (2008) afirma que, na primeira instância, os portugueses conquistaram e criaram uma ligação com os próprios natos, e por conta dessa ligação, eles conseguiram implementar o cristianismo, porém, não parou por aí, conseguindo assim alterar nomes e localidades, como exemplo temos o caso da Nzinga Nkuvu que, depois da chegada dos portugueses, passou a ser chamada de

D.Diogo I; Nkanga a Mbemba- D.Pedro; a Mbemba a Nzinga- D. Afonso II; Nempazu a Nimi-D. Álvaro II (JOSÉ, 2008).

Na mesma linha de raciocínio, o autor Caregnato (2010), afirma que a igreja, estava unida aos mesmos interesses que os portugueses, que era a exploração. Uma vez que a igreja católica havia sido afligida pelo processo das reformas protestantes, houve essa necessidade da busca dos novos fiéis, para que assim pudesse substituir as grandes perdas que sofreu de países como Alemanha, Suíça, Inglaterra e França. Lembrando que os países que apoiaram Portugal nos seus interesses com os países africanos, também tinham seus próprios interesses com os países africanos, e estavam cientes que apoiando Portugal, ambos seriam beneficiados. Por isso houve essa ligação entre as potências europeias e a igreja católica apostólica romana (CAREGNATO, 2010).

Caregnato (2010) aponta os principais interesses como: a catequização dos povos nativos e a organização de sistemas coloniais, batizados na exploração de africanos escravizados e o posterior tráfico internacional de trabalhadores, com o apoio da igreja católica. Tiveram muitas razões que ajudaram Portugal a estar como peça fundamental no processo das grandes navegações, e uma delas é a centralização política de Portugal, visto que no século XIV o Estado Português passava por um processo de unificação política, por intermédio da Dinastia de Avis entre 1385 a 1582, tornando mais fácil assim a organização de sistema de arrecadação de impostos e estrutura administrativa centralização. (CAREGNATO, 2010).

3.2 PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Importa definirmos sobre os movimentos de libertação que participaram na luta pela independência, no século XX, grupos pelo qual sido liderados pelos homens. Denominados: MPLA, UNITA e FNLA. Começo por falar do FNLA. Segundo Horing (2015) A Frente Nacional de Libertação de Angola é um movimento político, que foi criado no ano de 1954, um dos movimentos nacionalistas angolanos que esteve presente no processo da luta anticolonial que houve de 1961 a 1974.

A Frente Nacional de Libertação de Angola teve seu início no norte de Angola, numa região que faz fronteira com Zaire/República Democrática do Congo (HORING,

2015). O FNLA, em companhia do MPLA, tornou-se o principal movimento da controvérsia do regime colonial português.

Ademais, o FNLA foi sofrendo preconceitos devido o seu local de origem, por diversas vezes sua capacidade foi subjugada a críticas a respeito da sua capacidade de representar o povo angolano, ainda assim foi considerado como movimento de suma importância desde o começo da luta anticolonial (BITTENCOURT, 2008 apud HORINHG, 2015). Antes mesmo de ser denominado FNLA, era tratado por União das Populações do Norte de Angola (UPNA), tomando posse apenas em 1958, com o nome de União das Populações de Angola (UPA). Logo após, a UPA em companhia com um outro grupo anticolonial, denominado Partido Democrático de Angola (PDA), formaram o movimento tratado agora por FNLA.

Holden Roberto, líder da FNLA, nasceu em Angola, mas foi criado em Léopoldville após 1966, Kinshasa. Em julho de 1956 foi criada a União dos Povos Africanos, em Accra, em dezembro de 1958, onde pode estabelecer contatos com outros nacionalistas africanos como Franz Fanon, Kenneth Kaunda, Patrice Lumumba e Sekou Touré (HÖRING, 2015, p. 30).

Compreendemos que os três partidos MPLA, UNITA, FNLA sempre lutaram para ver Angola independente, mas após o partido do MPLA declarar a independência de Angola, o FNLA se revoltou com o partido MPLA, porém não teve êxito face ao partido da UNITA. Lembrando que a FNLA ainda funciona como partido político, contudo nos últimos anos tem andado muito enfraquecido, por conta das diferenças existentes entre os diversos elos do partido. Pois, dentro do próprio movimento do FNLA existem vários conflitos externos, e internos, que os impossibilita de avançar como partido. Numa das entrevistas ao jornal de Angola em 2021, o primeiro secretário provincial da FNLA, Luciano dos Santos, afirmou que teve que abdicar do cargo que exercia desde 2019, devido a esses mesmos conflitos internos, propriamente em Malanje, uma das províncias de Angola em que ele liderava. (ANAANGOLA, 2022).

Nessa mesma entrevista ao jornal de Angola, o ex-secretário da província de Malanje relata que esses mesmos conflitos têm os oprimidos e tirado seu entusiasmo na política, especialmente entre os militantes que perderam a esperança de verem um dia seu partido a governar o país. Para Luciano dos Santos, “Ngana Lukungo”, o “FNLA é um partido que está muito aquém da visão futurista da massa militante”

Ademais, afirmou que é imperioso a mudança na atual estrutura central do partido, e que a tal mudança segundo ele não deve ser de cosmética, mas sim efetiva.

Em sua declaração ressaltou que defende a adoção de políticas mais consentâneas, que tragam resultados saudáveis, pensando assim nas lutas políticas que o partido vivenciou, e revelou também que não houve ainda tomada de decisão por parte dele em relação ao futuro. (ANAANGOLA, 2022). Concernente ao FNLA, nos últimos anos, tem baixado bastante sua representação na Assembleia Nacional. Em 1992, ano das primeiras eleições, o partido elegeu cinco deputados. Nas eleições legislativas de 2008, a FNLA elegeu apenas três deputados, e assim seguiu com a sua baixa, tendo em 2012 apenas dois assentos, e em 2017, uma única representação, o líder Lucas Ngonda. (IDEM, 2022).

O Movimento Popular de Libertação de Angola- MPLA, é um partido político de Angola, que tem governado, desde que o país se tornou independente, em 1975. Quando surgiu, era simplesmente um movimento de luta pela independência de Angola, mas após a guerra de independência de 1961 a 1974 passou a ser visto como um partido político. Ganhando assim, o “poder” em 1974/75, no decorrer do processo de descolonização, esse mesmo partido teve o privilégio de sair como vencedor da guerra civil angolana, tudo isso aconteceu entre os anos de 1975-2002, disputando ao lado dos grupos rivais, a saber UNITA e FNLA. (IDEM, 2022).

O MPLA surge através de alguns grupos clandestinos de oposição ao colonialismo nos centros urbanos de Luanda e Benguela no final dos anos de 1940, essa mesmo grupo era formado por pessoas mestiças, assimilados. Sua função era de fazer protestos literários, sobretudo a partir da revista Mensagem que está ligada ao jornal ANANGOLA, eles lutavam por uma identidade que fosse africana em raça e angolana em nacionalidade. (GUIMARÃES, 2001; HORING, 2015).

A UNITA, por sua vez, é um movimento que surgiu em 1966 por Jonas Savimbi. Diferente do MPLA e FNLA, esse movimento foi último a se criar. Em companhia do MPLA assumiu o papel central no decorrer da guerra civil de 1975 a 2002. Na presença das nacionalistas angolanas da FNLA e do MPLA, apresentavam um carácter geográfico particular, pois tinha o objetivo de representar a maioria da população e cultura angolana, que estava localizada nas áreas rurais do país. A ligação que o grupo ovimbundu uma das etnias de Angola, começou a criar com a UNITA, é o desenvolvimento de sua consciência étnica. (JOSÉ, 2008).

No ano de 1976, por consequência da guerra civil e da maneira pela qual o MPLA projetou seu poder, em outras palavras, após a independência houve a guerra civil entre os três partidos pela não aceitação do partido no poder. (MESSIANT 1994, apud HÖRING 2015).

Na mesma linha de raciocínio, podemos afirmar que enquanto os angolanos pensavam que logo após ser declarada a independência, haveria a paz, infelizmente não houve paz, pelo contrário, após cada proclamar sua independência e os dois movimentos perceberem que apenas um seria considerado, insatisfeito que estavam começaram então uma guerra aberta.

Para Dias (2013), todo esse trajeto da independência das colônias portuguesas no continente africano, foi um dos causadores pela demora do seu avanço e bloqueando o país de conquistar sua própria liberdade o mais rápido possível, com finalidade de evitar permanecer presos aos seus colonizadores, e sair das garras daqueles que eram os seus próprios opressores, enfrentando várias lutas e desafios para a sua soberania política.

Ademais, Dias (2013) afirma, que se, pensarmos em entrevistar ou procurar saber de forma oral, por intermédio de tradições e até mesmo de lembranças femininas, talvez desse modo teríamos mais relatos de mulheres angolanas que vem discutindo sobre a história de Angola e sua importância, mostrando desse modo que, além dos homens, as mulheres também se preocupam com o seu país, os problemas sociais, políticos financeiros e econômicos. E não nos basearmos apenas numa única história, ou único meio para se contar história de um povo. A escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu livro intitulado: *O Perigo de uma História Única*, diz algo muito

Interessante, e penso que todo e qualquer pesquisador/a escritor/a deve ler, vejamos mais abaixo:

A história única cria estereótipos, e o problema não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, descemos uma espécie de paraíso. (ADICHIE, 2019; p.14-16).

Observando a afirmação da Adichie, é necessário que saibamos ouvir sempre os dois lados da história, quando nós privamos em ouvir uma única história,

automaticamente nos fechamos em conhecer outras histórias, e nos leva aceitar e acredita que a história que ouvimos é a verdade absoluta sem se quer questionamos.

3.3 AS MULHERES NA LUTA NA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Segundo Meneguci e Maquêa (2021) durante o processo da guerra vimos mulheres dando seus apoios para que tivéssemos em liberdade, mas as mesmas infelizmente não têm sido reconhecidas no nível que merecem ou do seu reconhecimento. Com desculpas de que as mesmas eram incapazes de aguentar a violência da guerra.

No contexto violento da guerra de independência, em que a ordem masculina se sobrepõe tanto do lado do domínio colonial português quanto pelo enfrentamento dos guerrilheiros africanos, não raro a mulher foi vista como sexo frágil, capaz apenas de satisfazer aos desejos sexuais dos homens ou de se ocupar da casa e dos filhos. (MENEGUCI; MAQUÊA, 2021, p.426).

Para fortalecer essa posição conservadora do poder masculino, torna-se necessário que se presentifiquem “feminilidades silenciadas, invisibilizadas e, portanto, marginalizadas, que sejam a sua antítese, negação e contraponto. ” (IBIDEM, P.6 Apud MENEGUCI; MAQUÊA, 2021, p. 427)

No que concerne a participação das mulheres vale ressaltar que, Angola é um dos países do continente africano tal como a Guiné-Bissau, e Cabo-Verde, que as mulheres participaram na luta pela independência. Como prova disso temos mulheres como: Nzinga Mbandi, Deolinda Rodrigues, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrécia Paim e Teresa Afonso. (PCB,2018). Com essa afirmação é clara que as mulheres sempre tiveram sua participação para a luta da independência. Meneguci e Maquêa (2021) afirmam que precisamos questionar, afim de termos uma visão mais clara de todos e todas que participaram das lutas, relatando suas direções, seu ponto de vista e suas experiências.

Ainda a respeito da participação da mulher, gostaria de relatar como era a rainha Nzinga Mbandi. Fonseca (2012) em sua tese sobre Nzinga Mbandi e as guerras de resistências em Angola no século XVII relata que Nzinga Mbandi é uma das mulheres mais famosa que lutou pela liberdade do seu país de origem (Angola), mas que, infelizmente, tem sido apresentada pelos historiadores portugueses de forma deturpada, descrevendo-a como uma selvagem , com comportamentos bizarros e

hábitos canibais. Mas que ao longo dos anos isso foi mudando. Em 1960 outros historiadores não vinculados dos interesses coloniais começaram a estudá-la, tentando reconstruir a história sob a perspectiva africana, tentando entender a organização dos antigos reinos que haviam na África Central antes da chegada dos portugueses em Angola, esses novos historiadores analisaram a Nzinga e concluíram que no ramo da política interna do reino Ndongo e Matamba, sendo uma líder da resistência Mbundo (Fonseca, 2012).

Ainda a respeito:

Na década de 1970, surgiram os trabalhos de Miller, que se distinguem pela ampla pesquisa de campo junto aos habitantes de Malanje, utilizando as tradições orais e propondo uma nova metodologia para abordar a história de Angola. Miller analisou profundamente a estrutura interna e ideologia da política africana e defendeu que Nzinga travou uma constante batalha para legitimar sua sucessão contra os opositores. Que a viam como uma usurpadora incapaz de governar enxergando uma coerência nas diversas alianças construídas por Nzinga ao longo de sua carreira política. (FONSECA, 2012, p.10).

Na perspectiva de Fonseca (2012) a Rainha Nzinga sempre foi reconhecida como uma grande mulher que lutou e deu sua vida para o bem da pátria, recebeu as devidas honras pelos movimentos políticos na década de 60 e 70, como uma líder da resistência proto-nacionalista, a única mulher/heroína exaltada pelos dois partidos MPLA/UNITA.

Como estamos tratando da participação da mulher na luta da independência é necessário que falemos de organizações femininas que estiveram na linha da frente. Primeiramente falaremos sobre a Organização das Mulheres Angolanas (OMA). Sendo assim antes de qualquer coisa, precisamos contar como tudo começou. A Organização das Mulheres Angolanas surgiu no momento em que algumas mulheres saíram de uma missão na selva: Deolinda Rodrigues, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrecia Paim e Teresa Afonso, após a sua missão elas foram capturadas, torturadas e esquartejadas vivas. Tudo isso aconteceu sete anos antes de Angola tornar-se independente. Por conta desse ocorrido, no dia 2 de janeiro de 1962, houve a criação da ala feminina denominada OMA, que foi eleita pelo comitê diretor em dezembro de 1961. (PCB, 2018)

A luta pelo colonialismo e pela emancipação das mulheres não é atual, elas vêm lutando há anos, mas mesmo depois de tantos esforços e da sua contribuição no país, elas não são citadas e nem reconhecidas como cidadãs que ajudaram na

independência do próprio País. Ademais, Meneguci; Maquêa (2021) percebem que a guerra foi tratada como um local exclusivamente para os homens, deixando a responsabilidade às mulheres de apoiar o filho, o irmão, o namorado, ou marido, enquanto a mesma permanece invisível, sendo denominadas pelas regras impostas pela sociedade colonista que veio aumentando no processo da guerra. (MENEGUCI; MAQUÊA, 2021 apud CRUZEIRO,2004)

Na época da criação da OMA tiveram apenas 20 mulheres, uma delas foi a Mariana Ana Paz que foi a presidente. Vale lembrar que parte dessas mulheres trabalhadoras contribuíram para a história do país, muitas delas têm ligações familiares com os chefes do MPLA algumas como esposas, filhas, e outras até como amantes desses mesmos dirigentes do MPLA. Sua contribuição no processo de guerra era de ajudante geral, pois elas alimentavam os guerreiros, criavam campanhas de alfabetização, tratavam da saúde dos guerreiros, e se deslocavam por longa distância, com finalidade de alimentá-los. “Não se sabe ao certo quantas mulheres teriam lutado nos conflitos, apesar de ter sido admitida a sua participação na vida política econômica e social do país. (DIAS, 2013; p.33).

O FNLA também teve apoio de grupo feminino, o grupo Associação da Mulher Angolana. (AMA). Diferente do outro grupo feminino que apoiavam o partido do poder, a AMA não eram muito conhecidas, embora algumas informações estivessem registradas num artigo 11 do qual eles apoiavam FNLA (DIAS, 2013).

Assim como o MPLA e FNLA tiveram um grupo feminino o apoiando, a UNITA também criou uma organização feminina que o apoiasse, grupo esse denominado Liga da Mulher Angolana (LIMA); grupo que teve como objetivo contribuir na luta pela independência do País. Diferente das mulheres da OMA, as mulheres da LIMA não tinham ligação com homens do seu partido, pois as mesmas temiam ser afrontadas pelos seus companheiros se por ventura elas falhassem em uma determinada missão. A única coisa que havia em comum com as duas alas feministas OMA/LIMA era que ambas davam suportes nos armamentos e na alimentação. (PCB, 2018)

Concernente a participação na luta da independência, a situação entre os homens e as mulheres era totalmente diferente, visto que se dividiu a luta da mulher ao decorrer da luta armada em Angola. Enquanto que: “As mulheres tinham de combater duas vezes” Pensando assim, Margarida Paredes, a ex guerreira das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) acaba revelando uma das

maiores barreiras dentro um processo revolucionário: a “opressão feminina” (PBC, 2018).

Lembrando que as mulheres, no que diz respeito à luta anticolonial, conseguiram chegar em locais de refúgio ou de mata, movidas por ideias libertadoras e uma ideologia nacionalista. (PAREDES, 2015 apud PCB, 2018). Elas estavam cientes que o inimigo era o colonialismo português, por isso surge afirmação feita pela Margarida Paredes, “as mulheres na guerra tinham de lutar duas vezes” sua luta contra o inimigo algoz do colonialismo era visível e contra uma ordem de gênero patriarcal que sempre fez de tudo para mantê-las numa posição de subalternidade. (PAREDES, 2015 apud PCB, 2018) Todavia, a OMA/MPLA, usava constantemente a seguinte frase “as camadas que combateram ao lado dos homens” pois eram notórias que a relação não era de igualdade. Não existiam guerrilheiras comandantes ou em órgãos de decisão e a proclamação das FAPLA no ano de 1974, não contou com assinatura de uma única mulher. (PCB, 2018)

De acordo com Meneguci e Maquêa:

Ainda que essa obra não trate das lutas de independências africanas, é precisamente a vontade histórica, de discursos oficiais, de apagamento da participação das mulheres em campanhas pela liberdade que interessa registrar. Abordar esses testemunhos permitiu uma compreensão maior do quanto as mulheres estiveram sempre envolvidas diretamente nas grandes guerras da história, descortinando realidades opressoras para além da guerra, pois segundo a autora “Tudo o que sabemos de guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’. Somos todos prisioneiras de representações e sensações ‘masculina’ da guerra” (MENEGUCI; MAQUÊA, 2021, p.429 Apud PALESKSIÉVITCH, 2016, p.18).

As mulheres que se destacaram na luta armada de arma na mão, visto que, no decorrer da guerra, as camponesas que atuaram como cuidadoras dos guerrilheiros e provedoras da guerrilha não eram reconhecidas como verdadeiras combatentes, pelo simples fato de não pegarem armas. Uma situação muito injusta para essas mulheres, visto que, maioritariamente das combatentes em Angola eram camponesas, por conta da sua condição social, das atividades que elas exerciam, e não só, mas como também dos riscos que elas passaram, os sacrifícios eram muitos, e ainda assim, mesmo tendo enfrentado muitas situações, isso não foi suficiente para serem reconhecidas como verdadeiras combatentes, e recompensadas no pós-independência. Por essa falta de reconhecimento muitas mulheres estão até hoje

revoltadas e frustradas, uma vez que, várias delas não tiveram direito a proteção social. (PAREDES, 2015 apud PCB, 2018).

Para além disso, na fase da libertação nacional, as mulheres não lutaram somente contra opressão colonial ou exploração, mas também contra a proteção do patriarcalismo que sustentava a discriminação que elas vinham sofrendo pelo fato de serem mulheres, por isso, insistimos que a questão da libertação da mulher é uma necessidade da revolução, vista como uma maneira de não deixar que elas venham a ser esquecidas e silenciadas.

3.4 ESTADO ANGOLANO ACTUAL, LEIS E CONSTITUIÇÕES

Para tratarmos sobre esse capítulo importa antes de tudo, enfatizar como funciona o Estado angolano. Angola constitucionalmente apresenta-se como uma República soberana e independente, que se apoia na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo, que tem como finalidade principal a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, art:1°).

De acordo a Constituição, no art. 2°, a República de Angola é um Estado Democrático de Direito, que tem entre seus princípios a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a divisão de poderes e independência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa; a República de Angola eleva e defende os principais direitos e liberdades do Homem, seja ele indivíduo ou membro de grupos sociais organizados, assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo, judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas. Tem uma soberania única e indivisível, pertence ao povo, que pratica por meio de eleições universais, livres, iguais, por direto, secretas, periódicas, e das outras formas estabelecidas pela Constituição, principalmente para a escolha dos seus representantes. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, art.2°).

Nesse aspecto o Estado Angolano tem a tarefa de praticar a sua soberania em todo território angolano, adaptando este, nos termos da Constituição, da lei e do direito internacional, o crescimento da espaço terrestre, as águas interiores e o mar territorial, bem como espaço aéreo, o solo, e o subsolo, o fundo marinho e os leitos

correspondente ; o estado pratica a jurisdição e direitos de soberania em matéria de conservação, exploração e aproveitamento dos recursos naturais, biológicos e não biológicos, na zona contígua, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, nos termos da lei e do direito internacional. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA art. 3º).

De acordo com a Constituição, o poder político é realizado de modo a que obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido. São ilegítimos e criminalmente puníveis a tomada e o exercício do poder político com base em meios violentos ou por outras formas não previstas nem conformes com a Constituição. A Constituição é a lei suprema da República de Angola, o Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade, devendo respeitar e fazer respeitar às leis. As leis, os tratados e os demais atos do Estado, dos órgãos do poder local e dos entes públicos em geral só são válidos se forem conformes à Constituição. (IDEM, art.4º).

Dessa forma percebe-se que qualquer lei imposta deve obedecer alguns regulamento básicos tais como: Caráter e âmbito nacionais; a livre constituição, a prossecução pública dos fins; a liberdade de filiação e filiação única; a utilização exclusiva de meios pacíficos na prossecução dos seus fins e interdição da criação ou utilização de organização militar, paramilitar ou militarizada; a organização e funcionamento democráticos; a representatividade mínima fixada por lei; a proibição de recebimento de contribuições de valor pecuniário e econômico, provenientes de governos ou de instituições governamentais estrangeiros; Prestações de contas do uso de fundos públicos (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, art.4º).

Os partidos políticos devem cooperar em volta de um projeto de sociedade e programa político, a fim de organizar e para lembrar a vontade dos cidadãos, participando na vida política e na aprovação universal, por meios democráticos e pacíficos, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade nacional e da democracia política (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, art.4º)

No capítulo a seguir, trataremos sobre a participação e representação política mulheres na política em Angola, nesse mesmo capítulo primeiramente analisaremos não somente a participação das mulheres angolanas, mas como também traremos relatos de outras mulheres do contexto africanos. Logo após, falaremos das mulheres no contexto angolano, observaremos sua representação a partir da organização da

mulher angolana, e outra analisarmos o ministério da família e promoção da mulher, aonde iremos verificar como mais aprofundamento o avanço das mulheres angolanas propriamente no poder legislativo.

4 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA MULHERES NA POLÍTICA EM ANGOLA

Visto que estamos falando sobre as lutas das mulheres, importa falar sobre o movimento feminista, um movimento que tem lutado bastante para as lutas das mulheres: Como definição do movimento feminista Pinto (2010) ressalta que é um grupo que se apresenta com sua própria ideia. Se, de facto, queremos entender um pouco sobre o movimento feminista, teremos dois caminhos para tal, o primeiro que seria pela história do feminismo, e por outra, a partir da produção teórica feminista no campo da história, ciências sociais, pela crítica literária e psicanálise (IDEM, 2010).

Ademais, desde os anos primórdios teve sempre mulheres inconformadas pelo lugar em que eram colocadas renegando-os, que trabalhavam pela liberdade e muitas perderam suas vidas desta maneira. Vale lembrar que as ditas primeiras ondas do feminismo surgiram bem lá no início do século XIX, depois que as mulheres que se encontravam na Inglaterra, formaram um grupo com a finalidade de reivindicarem seus direitos, uma vez que não eram vistos, o primeiro que tiveram elas foram o direito ao voto. Além disso, no ano de 1963 na Europa e nos Estados Unidos da América o movimento feminista apareceu com uma dimensão, foi a partir daquele momento que as mulheres passam a abordar pela primeira vez sobre assuntos das relações de poder entre homens e mulheres (IDEM, 2010).

Ressaltando que, o feminismo não apenas surge como um movimento libertário e não apenas como um lugar para as mulheres no que diz respeito ao trabalho, mas na vida pública, na educação, mais surge também para que haja uma cooperação entre homens e mulheres, onde as mulheres teriam a liberdade sobre o que fazer com a sua vida e com o seu próprio corpo. Existe algo interessante que foi descoberto, que para além da dominação classe, tem a dominação do homem sobre a mulher, e ambas são apresentadas de si mesmo visto que têm características próprias (PINTO, 2010).

No caso Angola parece que a questão gênero determina a participação e liberdade de estar e de atuar na esfera pública daquele país. Contudo, nos tempos mais recentes, as mulheres coletivamente pelas teorias feministas e pós-coloniais, mostrando-se também que, a exclusão da mulher tem sido um problema histórico e cultural do qual o homem infelizmente ainda tem poder. Por outro lado, quando o assunto é sociedade civil precisamos entender que Angola é um país em desenvolvimento diferente de outros países que já estão mais avançados quanto a

esse tema. Angola ainda se encontra em fase de construção no que tange a sua estrutura e desenvolvimento, sendo assim será uma tarefa muito grande tentar entender a organização da sociedade civil na criação de um lugar público de discussão em Angola. (PERERIRA, 2008).

Concernente à participação no espaço público é um fenômeno recente e em desenvolvimento, visto que os angolanos ainda estão aprendendo a participar. O próprio país (Angola) ainda se encontra em construção, seu regime político é novo, fazendo de tudo para editar os fundamentos de seu próprio sistema democrático (IDEM, 2018).

De acordo Pereira (2008), tem-se visto grande esforço, nos tempos atuais, das mulheres ajudarem no desenvolvimento da sociedade. Elas têm dado realmente um grande auxílio para o desenvolvimento da situação social em que o país se encontra, que ajudará para consciência pública tratando-se de paz e da participação, e não só, mas como também diversas situações que as mulheres têm suportado na sociedade, como essa desigualdade existente no mercado de trabalho em condições de justiça. Por esse motivo, as mulheres têm criado vários programas denominado como: Desenvolvimento das mulheres: fazem desenvolvimento (MPD) Programas de apoio ao empreendedorismo (por meio Federação de Mulheres Empresárias de Angola (FMEA) Ações de formação (desenvolvidas principalmente por organizações política Partidárias como: um Organização da Mulher Angolana (OMA) e a Liga da Mulher Angolana (LIMA) Rede Mulher (PEREIRA, 2008).

Diante das injustiças que as mulheres vêm enfrentando, as mesmas não têm sido representadas nas estatísticas, elas vêm lutando pelos seus direitos, e para conquistar seu espaço numa sociedade totalmente machista e injusta. Em decorrência destas situações, elas seguem criando diversos programas, que elas encaram como programas de sensibilização para melhor participação quanto aos assuntos políticos e sociais.

4.1 ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA.

De acordo com art. 1º do Estatuto da OMA, a ala feminina OMA, é definida como uma organização social, um projeto puramente nacional, que tem como objetivo patrióticos e sociais, que une todas as mulheres Angolanas, mesmo tendo seus princípios políticos, filosóficos ou religiosos, elas não cessam de lutar pela sua

emancipação e para que aja uma participação ativa em todos os ramos da política, economia e social. A escolha do nome da organização partiu das mesmas e a sigla de “OMA”, essa organização se encontra localizada em muitas províncias, porém, sua central encontra-se localizada em Luanda, a sua individualidade é jurídica e autonomia, administrativa, financeira e patrimonial. (art.1,1995).

Concernente ao art. 2º do seu estatuto a mesma apresenta o como seu principal objetivo, a luta pela questão da emancipação da mulher contra todas as formas de discriminação, uma integração da mulher no desenvolvimento, sua plena participação na tomada de decisões em todos os setores da vida política, econômica e social do país, para proteger a questão da emancipação da mulher a OMA luta contra os discursos de regionalismo, tribalismo, racismo, e obscurantismo e luta pela criação de uma sociedade justa, e democrática. (art.2, 1995).

Ademais a OMA segundo o art. 3º apresenta algumas atribuições afim de realizar os seus objetivos, tal como: o enquadramento das mulheres no progresso, e pela promoção econômica e social, profissional, cultural e social; Instituto. Apelar pela formação, conhecimento educação da em todos as áreas da vida nacional; atuar na investigação e questão de observar os dados estatísticos sobre a situação e das condições de vida, a condição de trabalho das mulheres que elas vêm enfrentando em diversas partes do mundo; exigir do governo a criar uma ligação com um programa estatal para elevação da mulher; traçar metas para a informação e ajuda jurídica e legal às mulheres com a finalidade obterem os seus direitos; apelar à organização estatais com objetivo de criar melhoria as condições de saúde da mulher e do atendimento médico sanitário à mulher e a criança; prestar auxílio às mulheres necessitadas, doentes, idosas, detida e todas as mulheres vulneráveis; criar laços com outras Organizações femininas nacionais , velando a união de esforços e ações na luta pela promoção e emancipação da mulher desenvolvimento e paz; apoiar outras Organizações femininas estrangeiras que apoiam a questão da emancipação da mulher (art.3, 1995).

Todos esses pontos levantados são de suma importância para proteger e garantir a segurança da mulher quanto a sua emancipação, visto que as mulheres se mostram inconformadas com sua atual situação na sociedade, e diariamente mulheres vem lutando contra discursos de regionalismo, tribalismo, racismo e obscurantismo. São necessárias as mesmas velarem com cada ponto aí representado para que aja uma sociedade justa e democrática.

4.2 MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER

A secretaria do Estado para a promoção da mulher teve seu início no ano de 1991. Após 6 anos (1997) essa mesma secretaria tornou-se em Ministério da Mulher, e posteriormente substituído em Ministério da família e promoção da Mulher. Nesse mesmo ano (1997) segundo o Decreto Presidencial 178/14 no dia 25 de julho, de acordo o artigo 2º- deste decreto, o MINFAMU tem como objetivo representar e realizar à Política Nacional para a defesa e garantia dos direitos humanos da Mulher, entre os outros cuidados, uma vez que sua missão é promover a igualdade e equidade de gênero, e proteger a integração, empoderamento e desenvolvimento das mulheres na vida social, política, econômica e cultural.

Ressaltando que, os objetivos políticas nacionais PND 2013-2017 é de realizar por meio de ajuda ao revigoração da capacidade institucional nacional de defesa da família, das populações que encontram situações veneráveis, e dos direitos da mulher, assegurando assim, as realizações de infraestrutura sociais de ajuda às famílias e às mulheres, se envolvendo desse modo no combate à fome, pobreza, e diminuição da mortalidade e patologias materna e perinatal, motivando educação e sensibilização sobre o gênero, encorajando a representação feminina nos órgãos de tomada de decisão, aumentar o grau de escolarização dos jovens e resumindo assim o número de analfabetos adultos, propriamente a população rural, com finalidade de fazer- los crescer no conhecimento e qualificação da população, ajudar na formação profissional dos jovens e adolescentes, respeitar e valorizar a identidade e singularidade dos grupos etno-linguístico (PND, 2012).

Ademais, quanto a sua estrutura organizacional, a Direção Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero (DNIEG) é um órgão que tem como finalidade a realização da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero entre as diferentes instituições governamentais, não governamentais e parceiros de desenvolvimento da sociedade Civil.

Ao decorrer das actividades realizadas na esfera dos projetos, “Empoderamento da Mulher Angolana” a partir do DNIEG, o MINFAMU apresenta em resumo o relatório de actividades feitas ao decorrer do III trimestre de 2017. Essas mesmas actividades estão contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 no escopo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em que o principal resultado é ver reforçada a promoção dos direitos humanos a todos os

cidadãos, principalmente os mais vulneráveis até ao ano de 2019. Sendo assim a forma de DNIEG tem como base, as ações:

- Promover os direitos humanos das mulheres e a igualdade de oportunidade e benefícios entre mulheres e homens em Angola.
- Institucionalizar as questões de gênero e promover os direitos políticos, jurídicos, econômicos, sociais, e humanos das mulheres;
- Aprimorar a governação com foco em gênero;
- Reforçar a capacidade institucional do MINFAMU e das OSCS;
- Capacitar os pontos focais interministeriais, provinciais, presidências, Assembleia da República e empresas públicas e privadas;
- Reforçar o foco e a dinâmica da intervenção na área do gênero.

É por meio da DNIEG, que o MINFAMU criou laços com PNUD e o UNFPA, e essa mesma ligação de ambos de ambos tem tido grande relevância na questão da movimentação de recursos e qualificação do pessoal técnico do MINFAMU, por outra, essa união tem feito também que haja aumento com vários departamentos ministeriais, organizações e sociedade Civil, organizações fundamentadas nas comunidades e Igrejas, assim como no progresso de esforços para o ajustamento das questões nacionais de igualdade de gênero com as medidas e propostas da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2063 da União Africana, e instrumentos e convenções internacionais sobre igualdade e equidade de gênero.

A atividade foi liderada por sua Excia Dr^o Maria Filomena Delgado, Ministra da Família e Promoção da Mulher, ladeada por sua Excelência Dr. Bornito de Sousa e Adão de Almeida, Ministro e Secretário de Estado da Administração do Território, Dr. Jovelina Imperial, Vice-governadora de Luanda para o Setor Político e Social e Dr. Paolo Balladelli, Director Geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017).

No ato da atividade se fizeram presentes figuras como: Secretários de Estados, houve pessoas muito importantes como: representantes da casa civil da presidência da República, da vice-presidência da República, Deputados a Assembleia Nacional, Diretores Nacionais, Consultores, Chefes de Departamentos, Representantes das Agências das Nações Unidas, Entidades Eclesiásticas e Representantes das

Organizações da Sociedade Cível e Igrejas. O número presente de mulheres foi no total de 190, 93 mulheres e 62 homens. Ao decorrer do evento todos os convidados abraçaram aos 4 compromissos sendo as tais: A luta contra à violência doméstica, o abuso sexual feminização, HIV/SIDA e Casamentos e gravidezes precoces, estampando as suas assinaturas como comprometimento à luta contra as desigualdades de gênero em Angola e no mundo (PNUD, 2017).

Ademais, depois abraçaram a campanha da Assembleia Nacional da República de Angola, desempenho de uma atividade no dia de 19 de Abril de 2017, por incentivou do grupo de mulheres parlamentares Angolanas, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como elemento muito importante para o alcance da igualdade de gênero no país, tal como para garantir os compromissos assumidos por Angola e as obrigações decorrentes da CEDAW (a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). (PNUD,2017).

Vale ressaltar que nesta mesma atividade estiveram presentes 220 deputados de vários partidos políticos dos quais 81 foram mulheres, acompanhado do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos das atividades desempenhadas, o Conselho Nacional da Família foi outro órgão que aplicaram ou implementaram em seus objetivos no dia 12 de Maio, como uma tática para a promoção e mobilização das famílias e dos seus membros com vista a sua participação na conscientização da igualdade de gênero e dos compromissos que Angola se disponibilizou em cumprir. No total foram 337 pessoas que participaram, 177 homens e 160 mulheres (PNUD, 2017).

O MINFAMU, em parceria com o PNUD, UNFPA e o Instituto Nacional de Estatístico (INE) analisaram a situação de dados sensíveis ao gênero e criaram um plano para o desenvolvimento da capacidade técnica, identificando desafios e oportunidades. Seu objetivo principal, é ajudar a promoção da igualdade de gênero em Angola por meio da sistematização de informação sobre gênero e produção de dados estatístico de gênero e de Violência Baseada no Gênero (VBG), que permitam analisar e vigiar a implantação das metas e indicadores ODS.O documento espalhará de forma transversal as desigualdades de gênero em Angola.

Esteve na direção da atividade à sua Excia Drº Maria Filomena Delgado, Ministra da Família e Promoção da Mulher, pela Drº Maria da Luz, Secretária de Estado para a Reinserção Social e Drº Paola Ballardelli, Director Geral do Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Estiveram nessa cerimônia Deputados à Assembleia Nacional, Representantes da Casa Cível, Secretários de Estados, Representantes do Secretariado de Ministros, Diretores Nacionais, Consultores e Pontos Focais de vários Departamentos Ministeriais, Representantes do Corpo Diplomático Acreditado em Angola, Representantes das Agências do Sistema das Nações Unidas, Organizações da Sociedade Cível e Igrejas totalizando 140 pessoas, aonde 93 mulheres e 47 homens (PNUD, 2017).

Ainda tratando das ações constituído pelo projeto “Empoderamento da Mulher Angola” a cooperação Sul-sul é mais-valia para o enriquecimento dos temas de gênero. Nesse sentido implementou-se uma iniciativa de Cooperação Sul-sul com Cabo Verde, com a finalidade de firmar a aprovação da importância da integração da perspectiva de gênero na produção estatística, além de promover um meio eficaz para a implementação do ODS 5 para partilha de conhecimentos e competências técnicas sobre questões de gênero. Pensando dessa forma, foram previstas duas visitas de intercâmbio movendo uma equipa de Angola à Cabo Verde para troca de experiência e outra equipe de Cabo Verde terá que mover à Angola para ações formativas em matérias de gênero mais bem avançadas em relação a Angola (IDEM, 2017).

4.3 MULHERES ANGOLANAS NO PODER LEGISLATIVO

Atualmente temos acompanhado os trabalhos que as mulheres angolanas têm feito para conquistarem a cada dia seu espaço na sociedade, o fruto desse seu trabalho é o resultado é o que temos visto, mulheres postas em todos os níveis. É possível encontrar mulheres nos cargos de secretárias comunais e no executivo provincial do partido, na política, na economia, na saúde, na educação, e em outros lugares na sociedade, mas não podemos nos acomodar quanto a isso, porque ainda há muito que se fazer quanto a representação das mulheres na política, para que possamos ver mulheres em cargos maiores, como no governo central, como nas províncias e no parlamento. A presidente provincial da LIMA (Liga da Mulher Angolana) Cristina Nené Samuel, ressalta que as dificuldades vão aumentando à medida que a se sobe a pirâmide do aparelho estatal. Ela diz que, no parlamento, apenas 30% dos assentos têm sido ocupados por mulheres; num total de 18 governadores, tem se visto apenas quatro mulheres, e no governo central, só existem sete ministras em 21 ministérios, lembrando que o Presidente da República é homem,

e que em Angola nunca teve uma mulher como presidente e nem como vice-presidente. Com isso podemos afirmar novamente, que em Angola os homens têm bastante a força da mulher, suas capacidades em governar em diversos setores. (GUERRA, 2022).

De acordo com Pereira (2018)

As mulheres têm dado um grande contributo para o desenvolvimento da sociedade civil em Angola, as Organizações de mulheres têm trabalhado para a criação de um processo de dinâmica social que contribuí para o despertar da consciência pública para as questões da paz e da participação, para os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade angolana e para a inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade. Destacam-se os programas de sensibilização para a necessidade participação política e social (como 9s desenvolvidos pelas Mulheres, Paz e Desenvolvimento -MPD), programas de apoio ao empreendedorismo (por meio Federação de Mulheres Empresárias de Angola -FMEA), acções de formação (desenvolvidas principalmente por organizações políticas partidárias compra OMA” e a Liga da Mulher Angolana -LIMA), além do trabalho realizado pela Rede Mulher. (PEREIRA,2008, p.5).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a questão que envolve a participação da mulher na esfera pública nas sociedades modernas e democráticas não é um assunto novo, começou a ser discutido com bastante predominância no início do século XX, estando presente, hoje, na agenda política de instituições especializadas da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ressaltar que foram analisadas as possíveis causas da pouca participação da desde grupo social na política nacional. E nota-se que, uma das possíveis causas para que haja pouca participação das mulheres no âmbito da política é fruto de uma timidez dos movimentos sociais que se preocupam com este fenômeno, e principalmente do olhar social sobre a não capacidade dela em efetuar trabalhos que são todos, socialmente como de homens.

Concernente aos problemas levantados nessa pesquisa sobre quais seriam de concreto os motivos da pouca participação das mulheres nos espaços públicos, e se, com as novas conquistas já podemos dizer que existe igualdade de gênero entre homens e mulheres no poder político. Bem, os problemas levados nesse pesquisa foram respondidos, mas, ainda não podemos afirmar que há igualdade de gênero, porém, podemos dizer que estamos a passos disso, visto que no diz respeito às políticas de igualdade de gênero em Angola, já existe um quadro legal e político positivo para a promoção da igualdade de gênero e a não discriminação contra a mulher e a rapariga, elevando assim o seu degrau de liberdade civis.

Ademais, o governo Angolano decretou leis que defendem a igualdade e equidade de gênero, com a finalidade de responder de forma sustentável e multisetorial a violência que tem sido apoiada no gênero. Isso mostra que as luta das mulheres quanto a reivindicação dos seus direitos não tem sido em vão.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, César. **Angola regista avanços na igualdade de gênero**.2018.
- ANGOLA**, Constituição (2010) Constituição da República de Angola. Luanda,
- ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1975- MPLA proclama a independência de Angola**. Brasil. Online 11 de Novembro de 2020. Disponível em < <https://operamindi.uol.com.br/hoje-na-historia/7513/hoje-na-historia-1975-mpla-proclama-a-indeependencia-de-angola>. Acesso em 18de Junho de 2022.
- AO VIVO, Angola. **Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) Online**. 17 de junho de 2022. Disponível em < <https://www.dw.com/pt-002/movimento-popular-de-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-angola-mpla/t-17422720>. Acesso em 17 de Junho de 2022.
- ARRUNDA, Ngola. **Teorias das representações sociais e teorias de gênero**. n.117, **Cadernos de pesquisa**. 2002, pp.127-147
- Angola: **Vivências Femininas de uma Guerra sem Fim**. 2000.
- CARVALHO, Gleiciane Brandão. **A participação das mulheres na construção da história de Cabo Verde**. 2018.
- COELHO, Lila Machado. **A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público**. Vol. 09, n. 17, São Paulo, **Revista Psicologia Política**, 2009, pp 85-99. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006>. Acesso em: 07 de dez. de 2022
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA**. Online. 2010.
- COSTA, Suely Gomes. **Movimentos Feministas, Feminino**. Universidade Federal Fluminense. **Estudos feministas**, Florianópolis 12 (N.E): 264, setembro-dezembro/ 2004.
- CULTURA AO MINUTO. **Harmonização das línguas bantu dificultada pela fonética e grafia. Angola**. Online. 09 de Novembro de 2014. Disponível em < www.noticiasao minuto.com. Acesso em 10 de Março de 2022.
- DIAS, Helenice Moreira. **Vozes e Escritas femininas em Angola: a luta pela sobrevivência e emancipação de mulheres (1961-2002)**. São Paulo, 2013 Mestrado e História Social.
- DW.AO.VIVO. Angola. Disponível em < <https://www.dw.com/pt-002/mulheres-ainda-t%C3%AAm-de-lutar-mais-que-os-homens-por-cargos-pol%C3%ADticos-em-angola/a-61047616> Acesso em 20 de Março de 2022.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas públicas**. Estudos feministas, Florianópolis, 12 (1): 360, janeiro-abril/2004.

FONSECA, M.B. **Nzinga Mbandi e as suas Guerras de Resistências em Angola.** 2015.

MUNDO EDUCAÇÃO. Angola. Disponível em <
<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em 16 de novembro de 2022.

FELICIANO, Nadioreth. **A participação das mulheres no Mercado de Trabalho formal em Angola no período pós-guerra.** (2004-2014).

FORTUNA, Cláudio. **“Quer a FRELIMO e o MPLA, quer a Renamo e a UNITA, são partidos profundamente diferentes”** -pesquisando os passos de Christine Messiant. Online 12 de 2013. Disponível em <
<https://journals.openedition.org/ras/770?lang=en>. Acesso no dia 19 de Junho 2022.

GUERRA, Adolfo. **Mulheres ainda têm de lutar mais que os homens por cargos políticos em Angola.** Online. Meningite, 08 de Março de 2022. Disponível em <
[https://www.dw.com/pt-002/mulheres-ainda-t%AAm-de-luta-mais-que-os-homens-por-cargos-pol%C3%ADticos-em-angola/a-61047616](https://www.dw.com/pt-002/mulheres-ainda-t%C3%ADticos-em-angola/a-61047616). Acesso em 22 de Maio deva.

LUCAS, Caregnato. Domínio Colonial Português em Angola. 2010

Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: **Trajetória Política, Guerra Cível e Impactos sobre a Construção do Estado (1975-2002).** Porto Alegre, 2015.

JOSE, Joveta. **Angola: Independência Conflito e Normalização.** In: Macado, JR, org. **Desvendando a História da África.** Editora UFRGS, 2008.

JUNCAL, Augusto. **Lutas e resistência popular: Entenda como se consolidou a Independência na Angola.** Online. 11 de Novembro de 2018. Disponível em <
<https://MST.org.br/2018/11/11/lutas-e-resistencia-popular-entenda-como-se-consolidou-a-independencia-na-angola/> . Acesso em 17 de Junho de 2022.

MIGUEL, Felipe Luis. **Gênero e Representação Política.**2014.

MENEGUCI, Sebastiana; MAQUÊA, Vera. **A Representação da Mulher no Contexto da Guerra de Independência em nós, os do Makulusu e Mayombe, de Pepetela.** Revista+Alegre+ 2021-'425-441.

ONU NEWS. **Mudança Social em igualdade de gênero trará não apenas benefícios para as mulheres. Angola.** Online. 19 de Julho de 2021. Disponível em <
<https://news.un.org/pt/story/2021/07/1757112>. Acesso em 16 de Junho de 2022.

OYĒWÙMÍ, Oyerónke. **Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** 2004

PCB. **Mulheres guerrilheiras e a independência de Angola.** Online. 04 de Março de 2018. Disponível em <
<https://pcb.org.br/portal2/18906> . Acesso em 22 de Junho de 2022.

PEREIRA, Aline Afonso. **Contributo das angolanas para a construção de um espaço da mulheres.** Dia 07 de Novembro de 2008.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** Rev. Social. Vol. 18, n. 36, Curitiba, Revista Social, 2010, 2010, pp 15-23

PND-Plano Nacional de desenvolvimento. 2013-2027.

República de Angola. Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. Direcção Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade de Género. Relatório do Ano de 2017- PNUD. 21 de Agosto 2017.

RODRIGUES, Auro de Jesus. Entrevista, 1 Ed, 2006, 1repreensão 2009

RODRIGUES, Eugenia. **Rainhas, princesas e donas, formas de poder político das mulheres na África Oriental nos séculos XVI à XVIII.** 2017.

SÁNCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria Política Feminista e representação substantiva: Uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados.** 2017.

SANTANA, Anabela Maurício de Santana. **Mulher mantenedora/homem chefe de família: Uma questão de género e poder.** 2018.

SCOTT, Joan. **Uma Categoria útil para a análise histórica.** 1995

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Lutas e Formas de Organização Feminina em África: Considerações sobre Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde.** Revistas de Políticas Públicas, vol. 22, por.969, Universidade Federal do Maranhão. Brasil. Online. Recepção: 11 de Março 2018. Aprovação 16 de Maio de 2018. Disponível em <
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9829&ved=2ahUKEwiagNGvpdn4AhUKu5UCHe1CuIQFnoECBQQAQ&usq=AOvVaw2ApQ23--ZWa17-CnPMgvZd>. Acesso em 17 de Junho de 2022.

SOLIVAL, Menezes. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente. Angola.** 2000. pp.93-95.

STEFFEN et al. **Sob o julgo colonial Europeu: do imperialismo branco as guerras de independência africanas.** In: SPOHR, A. STADNIK, M. MEDEIROS, K. (Org.). **África em Foco.** Relações Internacionais para educadores, 2013, pp. 65-100

VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. **A situação da mulher em Angola, 20001.** Acesso em: 2018

VICTOR, Venâncio. **Secretário da FNLA abandona o partido.** Online. 24 de julho de 2021. Angola. Disponível em<
<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/secretario-da-fnla-abandona-o-partido/>. Acesso em 17 de Junho de 2022.